

Índice Sistemático

<i>Prefácio</i>	XVII
<i>A Postura do Professor</i>	XIX
<i>A Postura do Aluno</i>	XXI
<i>A Árvore do Direito</i>	XXIII

DOUTRINA

Capítulo I –	Noções Fundamentais. Contato Espacial de Duas ou Mais Ordens Jurídicas. Conflitos de Leis. Objeto da Disciplina. Definições. Suas Relações com os Direitos Intertemporal, Comparado e Internacional Público. Seu Confronto com o Direito Uniforme	3
	1. Conflitos de Leis	5
	2. Objeto do DIP	5
	3. Condições Jurídicas do Estrangeiro	5
	4. Direitos Adquiridos	6
	5. Conflitos de Leis	6
	6. Definições	6
	7. Relações do DIP com o Direito Intertemporal	7
	8. Afinidade do DIP com o Direito Internacional Público (DIPu)	8
	9. As Ligações entre o DIP e o Direito Comparado	8
	10. Confronto do Direito Uniforme com o DIP	9
Capítulo II–	Denominação. Taxinomia. Autonomia. Método. Ensino e Literatura	11
	1. Taxinomia	12
	2. Autonomia do DIP	13
	3. Método Próprio	13
	4. Ensino	14
	5. Literatura. Associações e Revistas	14
Capítulo III –	As Fontes do Direito Internacional Privado	17
	1. Capacidade das Partes Contratantes	20
	2. Habilitação dos Agentes Signatários	20
	3. Objeto	20
	4. Fim dos Tratados	21
Capítulo IV –	Circunstâncias de Conexão. Nacionalidade. Conflitos de Nacionalidade. Domicílio. Autonomia da Vontade. Religião. Raça e Outras	23
	1. Domicílio	24
	2. Nacionalidade	26
	3. Perda da Nacionalidade	29
	4. Distinção entre Nacionalidade e Cidadania	29
	5. Raça, Religião e Vizinhaça	29

6. Autonomia da Vontade	30
7. <i>Lex Rei Sitae</i>	31
8. Lugar da Constituição das Obrigações	31
9. Lugar da Execução do Contrato	31
Capítulo V – Qualificações	33
Capítulo VI – A Aplicação do Direito Estrangeiro. Razões. <i>Comitas Gentium</i> . Utilidade. Justiça. Aplicação Direta e Indireta, de Ofício ou apenas mediante Alegação e Prova A Regra <i>Locus Regit Actum</i> . Retorno. Direitos Adquiridos	35
1. <i>Comitas Gentium</i>	36
2. Prova do Direito Estrangeiro	36
3. Meios de Interpretação do Direito Estrangeiro	37
4. Interpretação Sociológica	38
5. Interpretação Sistemática	38
6. Interpretação Lógica	39
7. Interpretação Analógica	39
8. Interpretação Declarativa	40
9. Interpretação Restritiva	40
10. Interpretação Extensiva	40
11. Regra <i>Locus Regit Actum</i>	40
12. Retorno, Devolução ou Remissão	41
13. Direitos Adquiridos	43
14. Sistemas de Homologação	44
15. Uma Síntese da Aplicação do Direito Estrangeiro	46
16. Aplicação Indireta	47
Capítulo VII – Limites à Aplicação do Direito Estrangeiro. Ordem Pública. Fraude à Lei. Instituição Desconhecida <i>Favor Negotii</i> . <i>Prélèvement</i> . Efeitos no Brasil das Sentenças de Divórcio	49
1. Fraude à Lei	50
2. Instituições Desconhecidas	51
3. <i>Prélèvement</i>	51
4. <i>Favor Negotii</i>	51
5. Homologação das Sentenças de Divórcio pelo Superior Tribunal de Justiça	52
Capítulo VIII – Esboço Histórico. Roma e o <i>Jus Gentium</i> . Invasão dos Bárbaros e a Personalidade das Leis. Feudalismo e a Territorialidade. As Comunas Italianas. Escolas Estatutárias. Condição Jurídica do Estrangeiro nas Épocas Moderna e Contemporânea. A Codificação O Código Bustamante	55
1. Escola Estatutária Francesa	57
2. Escola Estatutária Holandesa	58
3. Escola Estatutária Alemã	59
4. Condição Jurídica do Estrangeiro	59
5. Codificação e Doutrinas	60
6. O Código Bustamante	62
Capítulo IX – O Sistema Brasileiro de Direito Internacional Privado. A Antiga Lei de Introdução ao Código Civil (1916). A Atual Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (1942). Legislação sobre Nacionalidade Brasileira. Vistos, Naturalização, Deportação, Expulsão e Extradicação de Estrangeiros	63

1. A Antiga Lei de Introdução ao Código Civil (1916)	64
2. Vistos	64
3. Visto de Turista	65
4. Proibições	65
5. Visto de Trânsito	66
6. Visto Temporário	66
7. Requisitos para ser obtido Visto	66
8. Prazos do Visto Temporário	67
9. Do Visto Permanente	67
10. Vistos Oficial, Diplomático e de Cortesia	68
11. Registro dos Vistos	68
12. Transformações dos Vistos	68
13. Naturalização	69
14. A Constituição de 1824	69
15. A Constituição de 1891	69
16. Efeitos da Naturalização	71
17. Processo	72
18. Da Expulsão	72
19. Fundamento da Expulsão	73
20. Expulsão – Brasileiro Naturalizado	73
21. Alienígenas Inexpulsáveis	73
22. Expulsão na Hipótese de Extradicação Não Admitida	73
23. Processo	74
24. Da Deportação	75
25. Deportação como Extradicação Inadmitida	75
26. Reingresso do Deportado	76
27. Diferença entre Deportação e Expulsão	76
28. Extradicação. Parte Histórica	76
29. Motivos que Justificam a Extradicação	77
30. Princípios que Regem a Extradicação	78
31. Delitos não Sujeitos à Extradicação	79
32. Distinção entre Crimes Políticos e Terroristas	79
33. Diferença entre a Expulsão e a Extradicação	81
34. Dessemelhança entre Deportação e Extradicação	81
35. Comentário à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro	81
36. Soberania	102
Capítulo X – Direitos de Família	105
1. Casamentos e Impedimentos	105
2. Casamento por Procuração	105
3. Casamento Consular	107
4. Caso de Invalidez do Matrimônio	108
5. Regime de Bens	108
6. Alimentos	108
7. Tutela	109
8. Curatela	110
9. Divórcio e Separação Judicial (Antigo Desquite)	110
Capítulo XI – Da Adoção Internacional	113

Capítulo XII – Direito das Obrigações	127
Capítulo XIII – Direito das Coisas	131
Capítulo XIV – Direito das Sucessões	135
1. Testamentos Lavrados pelos Agentes Consulares	140
2. Princípio da Universalidade das Sucessões	141
Capítulo XV – Direito Comercial. Direito Cambial Internacional. Falências	143
1. Fundo de Comércio.	144
2. Seguro.	145
3. Obrigações Cambiais	145
4. Falências e Recuperação Empresarial	146
Capítulo XVI – Direito Processual. Competência. Conflito de Jurisdição. Cartas Rogatórias	149
Capítulo XVII – O Nome do Estrangeiro e suas Mudanças	153

COMENTÁRIOS

PRÁTICA

I – Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses. Legislação e Comentários (Dec. nº 70.391, de 12.04.1972).	159
II – Casos Práticos à luz da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro	165

SINOPSE DA HISTÓRIA DO DIP

Sinopse da História do Direito Internacional Privado	175
--	-----

LEGISLAÇÃO
CÓDIGO BUSTAMANTE

Código de Direito Internacional Privado (Código Bustamante).	181
Título Preliminar – Regras gerais	181

LIVRO PRIMEIRO – DIREITO CIVIL INTERNACIONAL

Título Primeiro: Das Pessoas	182
Capítulo I – Da nacionalidade e naturalização	182
Capítulo II – Do domicílio	183
Capítulo III – Nascimento, extinção e consequência da personalidade civil.	183
Capítulo IV – Do matrimônio e do divórcio.	184
Capítulo V – Da paternidade e filiação	187
Capítulo VI – Dos alimentos entre parentes	187
Capítulo VII – Do pátrio poder.	187
Capítulo VIII – Da adoção	188
Capítulo IX – Da ausência	188
Capítulo X – Da tutela	189
Capítulo XI – Da prodigalidade	190

Capítulo XII – Da emancipação e maioridade	190
Capítulo XIII – Do registro civil	190
Título Segundo: Dos Bens	190
Capítulo I – Da classificação dos bens	190
Capítulo II – Da propriedade	191
Capítulo III – Da comunhão de bens	191
Capítulo IV – Da posse	192
Capítulo V – Do usufruto, do uso e da habitação	192
Capítulo VI – Das servidões	192
Capítulo VII – Dos registros da propriedade	193
Título Terceiro: Dos Vários Modos de Adquirir	193
Capítulo I – Regra geral	193
Capítulo II – Das doações	193
Capítulo III – Das sucessões em geral	194
Capítulo IV – Dos testamentos	194
Capítulo V – Da herança	194
Título Quarto: Das Obrigações e Contratos	195
Capítulo I – Das obrigações em geral	195
Capítulo II – Dos contratos em geral	196
Capítulo III – Dos contratos matrimoniais em relação aos bens	197
Capítulo IV – Da compra e venda, cessão de crédito e permuta	198
Capítulo V – Do arrendamento	198
Capítulo VI – Dos foros	198
Capítulo VII – Da sociedade	198
Capítulo VIII – Do empréstimo	199
Capítulo IX – Do depósito	199
Capítulo X – Dos contratos aleatórios	199
Capítulo XI – Das transações e compromissos	199
Capítulo XII – Da fiança	199
Capítulo XIII – Do penhor, da hipoteca e da anticrese	199
Capítulo XIV – Dos quase contratos	200
Capítulo XV – Do concurso e preferência de créditos	200
Capítulo XVI – Da prescrição	200

LIVRO SEGUNDO – DIREITO COMERCIAL INTERNACIONAL

Título Primeiro: Dos Comerciantes e do Comércio em Geral	201
Capítulo I – Dos comerciantes	201
Capítulo II – Da qualidade de comerciante e dos atos de comércio	201
Capítulo III – Do registro mercantil	202
Capítulo IV – Dos lugares e casas de bolsa e cotação oficial de títulos públicos e documentos de crédito ao portador	202
Capítulo V – Disposições gerais sobre os contratos de comércio	202
Título Segundo: Dos Contratos Especiais de Comércio	202
Capítulo I – Das companhias comerciais	202
Capítulo II – Da comissão mercantil	203

Capítulo III – Do depósito e empréstimo mercantis	203
Capítulo IV – Do transporte terrestre	204
Capítulo V – Dos contratos de seguro	204
Capítulo VI – Do contrato e letra de câmbio e efeitos mercantis análogos	204
Capítulo VII – Da falsificação, roubo, furto ou extravio de documentos de crédito e títulos ao portador.	205

Título Terceiro: Do Comércio Marítimo e Aéreo	205
Capítulo I – Dos navios e aeronaves.	205
Capítulo II – Dos contratos especiais de comércio marítimo e aéreo.	206

Título Quarto: Da prescrição	206
--	-----

LIVRO TERCEIRO – DIREITO PENAL INTERNACIONAL

Capítulo I – Das leis penais	207
Capítulo II – Dos delitos cometidos em um Estado estrangeiro contratante	207
Capítulo III – Dos delitos cometidos fora do território nacional	208
Capítulo IV – Questões várias	208

LIVRO QUARTO – DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL

Título Primeiro: Princípios Gerais	208
--	-----

Título Segundo: Da Competência	209
Capítulo I – Das regras gerais de competência no cível e no comercial.	209
Capítulo II – Das exceções às regras gerais de competência no cível e no comercial	210
Capítulo III – Regras gerais de competência em matéria penal	211
Capítulo IV – Das exceções às regras gerais de competência em matéria penal	211

Título Terceiro: Da Extradicação	211
--	-----

Título Quarto: Do Direito de Comparecer em Juízo e suas Modalidades	214
---	-----

Título Quinto: Cartas Rogatórias e Comissões Rogatórias.	215
--	-----

Título Sexto: Exceções que têm Caráter Internacional.	215
---	-----

Título Sétimo: Da Prova	216
-----------------------------------	-----

Capítulo I – Disposições gerais sobre a prova	216
Capítulo II – Regras especiais sobre a prova de leis estrangeiras.	217

Título Oitavo: Do Recurso de Cassação.	217
--	-----

Título Nono: Da Falência ou Concordata	217
--	-----

Capítulo I – Da unidade da falência ou concordata	217
---	-----

Capítulo II – Da universalidade, da falência ou concordata e dos seus efeitos	218
---	-----

Capítulo III – Da concordata e da reabilitação	218
--	-----

Título Décimo: Da Execução de Sentenças Proferidas por Tribunais Estrangeiros	218
---	-----

Capítulo I – Matéria Cível	218
Capítulo II – Dos atos de jurisdição voluntária	220
Capítulo III – Matéria penal	220

ESTATUTO DO ESTRANGEIRO

Lei nº 6.815, de 19.08.1980	223
Decreto nº 86.715, de 10.12.1981	253
Sumário da Lei nº 6.815, de 19.08.1980	285
Sumário do Decreto nº 86.715, de 10.12.1981	287